

País só aceita "spread" de 0,9%

Síndia El

25 NOV 1986

**BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO**

O governo brasileiro não pretende aceitar spread (taxa de risco) acima de 0,9% ao ano (há contratos, hoje, a 2,4%) na renegociação de sua dívida externa, e pretende rediscutir as atribuições institucionais do Fundo Monetário Internacional, a partir da próxima rodada de negociações, em dezembro.

Para enfrentar a ortodoxia do FMI, que se colocou no papel de avalista dos países-membros para que estes consigam empréstimos com bancos privados, o Brasil está-se juntando aos países devedores, dentro do Fundo a fim de iniciar um processo de questionamento desse poder da instituição, em relação ao mercado financeiro internacional.

Na prática, o que já ocorreu, nesse sentido, foi a contratação, na semana passada, pelo governo brasilei-

ro, dos serviços de um escritório de advocacia de Nova York, especializado em assuntos financeiros, e que passará a assessorar a Procuradoria Geral da Fazenda e o Banco Central nas conversações com os credores norte-americanos e o próprio FMI.

Uma das linhas de raciocínio para a discussão do papel do FMI, será a lembrança da origem do próprio organismo, a partir de Bretton Woods, e que, então, foi definido como sendo o foro que cuidaria da liquidez dos países-membros apenas quando se referisse à concessão de créditos, pelo próprio Fundo, a algum dos seus membros.

Tanto o Brasil como vários países credores estão questionando as atribuições do FMI, e as suas teses podem obter sucesso se conseguirem resultado favorável na próxima eleição da diretoria do FMI, no final de dezembro. Neste sentido, o Brasil e

seus aliados dentro da instituição estão trabalhando pela candidatura do francês Michel Camdessus, contra o indicado pelos Estados Unidos e que, provavelmente, será um representante de instituições holandesas.

TAXA ARTIFICIAL

Na nova estratégia brasileira não se cogita a possibilidade de autorização, pelo governo federal, de entrada de missões do Fundo Monetário Internacional no País para investigar a liquidez das contas nacionais quando essa tarefa não se referir exclusivamente a transações bilaterais entre o Brasil e o FMI. Auditorias que venham a ser propostas com o objetivo de analisar as condições do País, quando este solicitar revisão de créditos a bancos estrangeiros, estão definitivamente descartadas pelo governo federal, segundo confidenciou alta fonte do Palácio do Planalto.